

***A NOVA QUESTÃO SOCIAL: Software Livre,
“os novos dissidentes do capitalismo digital”***

RESUMO

A nova questão social esta diretamente relacionada com as novas tecnologias da informação e comunicação. Devido a elas o mundo do trabalho passa por várias metamorfoses, forçando o proletariado a se capacitar não só na sua área de competência mas em novas competências exigidas.

Em meio a estas grandes transformações surge os dissidentes do capitalismo digital, o movimento de software livre, que busca a organização em novas formas de produção, potencializando o ideal marxista do proletariado possuir tantos os meios de trabalho, quanto a força do trabalho.

Palavras Chaves:

Software Livre; Tecnologia da Informação e Comunicação; Política Pública; Dissidentes do Capitalismo Digital, Nova Questão Social.

ABSTRACT

The new social matter this directly related with the new technologies of the information and communication. Had they it world of the work passes for some metamorphoses, forcing the proletariat if to not only enable in its area of ability but in new demanded abilities. In way to these great transformations it appears the opponents of the digital capitalism, the movement of free software, that searchs the organization in new forms of production, potenciality the marxist ideal of the proletariat to possess as much the ways of work, how much the force it work.

KEY WORDS:

Free Software; Information and Communication's Tecnology; Public Policy; Policy Cycle. Opponents of the Digital Capitalism, New Social Matter

INTRODUÇÃO:

Analisaremos neste artigo como “a nova questão social” está diretamente relacionada com as novas formas de Acumulação do Capital e a Tecnologia da Informação e Comunicação.

As manifestações do trabalho são diferenciadas nos países centrais e nos países periféricos.

Todas as relações e manifestações das transformações do trabalho, encontram-se com o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, que possibilita às empresas se tornarem transnacionais, facilitando a exploração de mão-de-obra barata, aumentando a mais-valia.

Mostraremos que as novas tecnologias podem ser usadas para a dominação e controle da produção, porém em meio a esse mundo dominador, surge um movimento de resistência, o Movimento do Software Livre, que poderá com o apoio do Estado e da sociedade transformar o poder de exclusão das tecnologias de informação e comunicação, em poder de inclusão não só digital, mas a capacidade de produção intelectual do país.

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE ATUAL.

A mundialização situada para além do fordismo, modifica os processos de acumulação do Capital. O fator que mais contribuiu com esses novos modos de acumulação foi a introdução da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, pois ela possibilitou um maior controle da produção e do proletariado; a criação de novas formas de acumulação – como a financeirização do capital – tornando muito mais profundo, o abismo entre os países periféricos e países centrais.

O Capital mundial está a cada dia mais concentrado nas mãos de poucos, tornando o equilíbrio social um caos. O capital acumulado é cada vez mais aplicado em financeirização, do que na produção, aumentando o desemprego e como consequência a violência.

A infraestrutura instalada para dar suporte a essa contínua acumulação do capital é a TIC¹, desenvolvida nos países centrais e consumidas pelos países periféricos.

¹ Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Os Estados foram obrigados a aderir a esta nova tecnologia, pois àqueles que utilizaram o modelo neoliberal nas últimas décadas, coube-lhes o papel de regulamentador das relações da sociedade. Os Estados periféricos foram inseridos digitalmente através dos softwares proprietários, tornando-os mais dependentes em relação aos países centrais.

Se analisarmos as fases econômicas do capitalismo, verificamos que só existe a possibilidade de uma empresa tornar-se transcontinental se possuir um sistema de TIC, muito eficiente e confiável, onde os dados/informações possam ser acessados em tempo real (real time).

A nova tecnologia, a TIC, permite ao Estado - que possuir um domínio nesta área estratégica - apoiar-se em informações para tomar decisões mais acertadas em relação aos seus programas de governo, seja na área social, econômica ou internacional.

Alguns autores discutem que a TIC está sendo saudada com o mesmo entusiasmo, que foi na década de 1920, a produção em massa do automóvel, que acabou na grande depressão. Estas semelhanças são uma visão cética deste fenômeno. Outros autores levantam ainda uma das falácias das TIC's e seu suposto papel de fornecimento da informação, que incita o uso inadequado e confuso dos termos informação e conhecimento. A informação por si só, não traz conhecimento: são necessárias outras habilidades cognitivas para que isto ocorra. Assim:

“ ... a difusão das tecnologias de informação e comunicação (TICS) acelerou e aprofundou a codificação do conhecimento e a disseminação da informação. Pelo menos dois argumentos inter-relacionados apóiam esse destaque: 1) a promoção da mão-de-obra que lida com produtos materiais tornou-se menos engajada na produção, distribuição e processamento de intangíveis; 2) tem aumentado significativamente a participação de conhecimentos codificados, de diversas áreas, no valor de bens e serviços.” (LASTRES, CASSIOLATO e ARROIO, 2005)

O mundo para além do fordismo, possui assim outro capital, o capital do conhecimento, pois as atividades e setores estão rumando predominantemente para esse segmento econômico. A maioria das análises econômicas e societárias, levam em consideração fatores como: *“a emergência de um novo padrão de acumulação; a aceleração dos processos de competição, liberalização e globalização, a crescente financeirização das economias; os contextos macroeconômicos; a questão social e do trabalho.”* (ibdem), etc.

A questão social é uma categoria histórica, que atravessa as transformações da sociedade através das épocas. Vivemos hoje, uma revolução tecnológica onde o homem, o trabalhador/trabalhadora, necessita de capacitação cada vez maior, para poder

acompanhar as mudanças no mundo do trabalho advindas desta massificação da tecnologia da informação e comunicação.

A mundialização pode ser personificada pelas possibilidades que foram abertas com essas novas tecnologias que quebram as fronteiras territoriais dos Estados através das redes de telecomunicações e computadores, como a internet. Para a sociedade capitalista a inserção das novas tecnologias da informação e comunicação aumentaram a capacidade teleológica desta sociedade e a acumulação do Capital. Essas novas tecnologias permitem o aperfeiçoamento das formas de acumulação, principalmente o da financeirização, fazendo com o capital investido nos meios de produção, aumentem o desemprego.

O mundo do trabalho passa a ser precarizado, devido a terceirização e temporariedade do trabalho. Até meados dos anos 70, a questão social estava relacionada com a “questão salarial”. Hoje a questão social tornou-se algo muito maior e mais complexo, pois a questão posta é a do “trabalho”. A nova questão social é a ausência de trabalho, o que tem aumentado consideravelmente aqueles que Marx chamou de “exército de reserva”, intensificando também os gastos do Estado com a seguridade social para a manutenção das mínimas condições de sobrevivência do cidadão, devido a resquícios do Estado de bem estar (Welfare State).

Estes processos destroem a função do trabalho como integrador da sociedade, pois promove seu desmonte, com a flexibilização do trabalho, criando um grupo de excluídos, os não trabalhadores ou exército de reserva.

A grande questão da sociedade capitalista sempre foi a relação capital X trabalho - vistas como categorias históricas – que produz a luta de classes, pois a relação entre burgueses X proletariados perpassa pela ideologia de cada um e pela origem da estrutura, gerando uma consciência de classe pela sua estratificação.

Se existe uma relação do capital – trabalho, na questão social a primazia econômica prevalece inserindo a questão salarial e a exploração do trabalhador/trabalhadora, pois o capital é o detentor dos meios de produção e alugam a força de trabalho do proletariado. É a própria dialética do capital – trabalho, que continua a influenciar a nova questão social e vai para muito além do salário. A sociedade capitalista já sofreu várias crises desde seu início, são revoluções tecnológicas, que agregam valor ao sistema do capital.

Vários autores defendem a tese de estarmos na 3ª Revolução Tecnológica, ela recebe várias denominações: “Revolução das Novas Tecnologias de Informação”, “Revolução Digital”, “Revolução Informacional”, “Era do Acesso”, entre outras. O grande problema e singularidade, desta revolução em relação às outras anteriores, é que:

“Enquanto a primeira e a segunda revoluções tecnológicas ampliaram a capacidade física e precisão das atividades humanas, esta revolução amplia a mente. (...) exatamente por fundar-se nas tecnologias da inteligência, amplia exponencialmente a diferença na capacidade de tratar informações e transformá-las em conhecimento.” (SILVEIRA, 2001)

Com esta situação formada é necessário pensarmos as dimensões dessa revolução, pois a desigualdade é acentuada em uma forma muito mais problemática de exclusão. Esta questão está relacionada com a nova questão social e é agravada ao verificarmos a diferenciação na sua manifestação nos países centrais e nos países periféricos.

Pesquisas sobre o uso da tecnologia da informação e comunicação revelam que 45% da população que possui acesso à internet se localizam nos EUA e no Canadá, os 55% restantes estão distribuídos pelo restante do mundo. Os países centrais produzem tecnologia de ponta e exportam o que está ultrapassado para aqueles países periféricos, que consomem esta tecnologia obsoleta, pois são a minoria dos acessos no mundo.

O Estado brasileiro, estando entre os países periféricos, possui em sua burocracia uma enorme dependência tecnológica, seja pelo sucateamento dos equipamentos da máquina estatal, seja pela falta de capacitação ou baixa remuneração dos funcionários públicos desta área, seja pela instabilidade das estatais de TIC. Fora o agravante da inclusão através dos softwares proprietários.²

Portanto a TIC é extremamente excludente, pois os países periféricos tornam-se muito mais dependentes dos países centrais. Demonstrando que a “sociedade digital” pode aumentar o abismo entre as classes sociais, de uma forma mais intensa pois se manifesta na capacidade intelectual, ou seja no “capital intelectual” da sociedade.

São as transformações do trabalho ocorridas nos anos 80, que Ricardo Antunes, enumerou: *“o grande salto tecnológico, a automação e a robótica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital.”*(ANTUNES, 2003)

Assim insere-se na “nova questão social” (CASTEL, 1998) a mudança do modo de produção que necessita de outro perfil da força de trabalho, que deverá possuir maior qualificação. Ao analisarmos historicamente o processo, observamos que as últimas três décadas sofreu muito mais as transformações no trabalho, do que nas décadas anteriores e como capital – trabalho é um todo orgânico, as mudanças são consequências da necessidade da modernização dos processos de acumulação do Capital.

² É todo programa de computador distribuído nos termos de uma licença não permissiva, em que é vedado o acesso ao seu código-fonte e conseqüentemente à sua alteração.

Neste mundo para além do fordismo, as contradições aumentam e acarretam um acentuamento nas desigualdades sociais. Conforme Castells:

“...as empresas se diferenciam muito em crescimento de produtividade, dependendo dos seus métodos de administração: 'O impressionante é que os usuários mais produtivos de TI costumam empregar uma combinação sinérgica de estratégia empresarial concentrada no cliente e estrutura organizacional descentralizada. As empresas que, pelo contrário, simplesmente enxertam novas tecnologias nas estruturas antigas (ou vice-versa) são muito menos produtivas.' (apud Brynjolfsson) Assim, a mudança organizacional, o treinamento de uma nova força de trabalho e o processo de aprender fazendo, que incentiva aplicações produtivas da tecnologia, devem acabar aparecendo nas estatísticas de produtividade – com a condição de que as categorias estatísticas sejam capazes de transmitir essas mudanças.” (CASTELLS, 2005)

Estas transformações ocorridas no trabalho, trouxe uma nova realidade para a “sociedade salarial” redirecionando-a para novas relações trabalhistas, mais liberais, desregulamentada e precarizada, piorando as condições de proletariado.

Hoje, o trabalhador deve possuir competências não exigidas anteriormente, ele precisa de constante atualização, dominando além de sua área de especialização o uso das tecnologias da informação e comunicação, pois este meio de produção tornou-se parte do seu dia-a-dia.

Conforme afirma Castel:

“...com o progresso , não se trata mais aqui de instaurar à força, aqui e agora, um mundo melhor, mas de preparar transições que, progressivamente, é oportuno dizer, permitirão que dele se aproxime. [...] Essa representação histórica é indissociável do papel do Estado. É preciso um ator central para conduzir tais estratégias, obrigar parceiros a aceitarem objetivos sensatos, zelar pelo respeito dos compromissos. O Estado social é esse ator.” (CASTEL, 1998).

A principal função do Estado social é a de manter a coesão social, garantindo aos homens condições satisfatórias de sua subsistência e da pessoas sob a sua responsabilidade. Porém nas últimas décadas, o que se observa são as mudanças no mundo do trabalho, devido a liberalização da economia neo-liberal, as novas formas de acumulação do capital, ou sejam, a mundialização, a financeirização, com maior exploração do trabalhador/trabalhadora, onde *“a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantando o paradigma do emprego homogêneo e estável”*.(CASTEL, 1998)

A exploração do trabalho pelo capital adquiri uma aprimoração com as TIC's, o controle da produção e as empresas transnacionais que exploram mão-de-obra barata nos países periféricos. Neste contexto de adversidades sociais e políticas *“ao mundo do*

trabalho, que se desenvolveram as teses sobre a desconstrução, ou fim da centralidade do trabalho (...), marcada pela falácia do fim do trabalho.” (ANTUNES, 2003).

Neste contexto cria-se uma sociedade onde a informação trafega pela rede e o conhecimento pode vir a ser generalizado. Com esta intenção ou ideologia, surge no meio dessa ferramenta de dominação que é a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, pois possibilita a maior acumulação do capital e exploração do trabalho, um movimento denominado por André Gorz, como *“os dissidentes do capitalismo digital”*, que é o Movimento do Software Livre³.

Será este Movimento realmente *“os dissidentes do capitalismo digital”*? Quais as mudanças que este movimento vem provocando na sociedade? Será o Movimento do Software Livre, para a *“revolução digital”* os seus revolucionários? Tentaremos fazer esta reflexão no próximo item deste artigo.

II. O MOVIMENTO DO SOFTWARE LIVRE, “OS DISSIDENTES DO CAPITALISMO DIGITAL”.

O movimento do software livre é visto como um movimento dissidente do capitalismo digital, devido a sua forma compartilhada de produção. André Gorz, fala sobre o movimento:

“... é isso que está em jogo no tal movimento anti-globalização. Nele se manifesta uma oposição enfática ao desmonte da coletividade, à modernização catastrófica dos países em desenvolvimento, à privatização do saber, da produção do conhecimento e do bem comum. Entre seus vários ativistas destacam-se, por sua natureza bombástica particularmente eficaz, o movimento do Software Livre e o 'hacker'. Sua oposição é ativa na esfera mais importante para o capital: a esfera da produção, da disseminação, da socialização e da organização do saber. Eles são os 'dissidentes do capitalismo

³ “O Software Livre não é um tipo diferente de software e nem uma espécie distinta dentro do gênero software. Internamente, em sua arquitetura, o que chamamos de Software Livre não tem uma substância técnica diferente daquilo que chamamos de software proprietário. O modelo do desenvolvimento do que denominamos Software Livre – colaborativo, compartilhado – e da transmissão de direitos sobre ele é que são diferentes. A lei diz que programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados. Essa definição não muda, caso o software seja livre ou proprietário. (Guia Livre, p.51)

digital'.” (GORZ, 2003)

O movimento do software livre é antes de tudo um anti-capitalista em sua essência, pois quebra a cadeia de produção, do monopólio do conhecimento, criando uma sociedade em rede, onde programadores, analistas, hackers, usuários, interagem para a construção de um software, trocando conhecimento, construindo em comunidade um novo modo de produção, onde os meios de produção e a força de trabalho, pertencem ao proletariado, podendo ser este o modo idealizado por Marx da “ditadura do proletariado”.

O software livre de acordo com a Free Software Foundation – FSF⁴, desempenha o papel protagonista na revolução do conhecimento livre. A licença utilizada pela FSF é a General Public License – GPL⁵, e ela é baseada em permissões não em restrições, suas 4 liberdades são: *“liberdade de executar o programa para qualquer propósito (0); liberdade para estudar o programa e adapta-lo às suas próprias necessidades, ou seja, ter acesso ao código fonte (1); liberdade de redistribuir suas cópias originais ou alteradas (2); liberdade para aperfeiçoar o programa e libera-lo para a comunidade (3)”*(FSF), só com a execução destas liberdades quatro liberdades um software pode ser considerado livre.

O modo de organização da comunidade de software livre no seu modo de produção, transforma o conhecimento em bem comum, promovendo a troca de conhecimento, através da rede de telecomunicações, a internet. Este modo de organização surge no que alguns autores chamam de “Sociedade do Conhecimento”. O Movimento do Software Livre promove o acesso à informação, ao engajar-se na luta pela inclusão digital. A informação em condições específicas pode tornar-se conhecimento acessível a todos, aumentando o conhecimento coletivo.

A França foi pioneira na discussão sobre o software livre, propuseram uma lei parlamentar que torna obrigatório o uso de códigos abertos no governo, sempre que possível. No Brasil com o Decreto de Lei do dia 29 de outubro de 2003, que cria o Comitê Técnico de Implementação do Software Livre – CISL no Governo Federal, visando priorizar o uso e a migração das tecnologias da informação e comunicação, em todos os órgãos e empresas públicas, para tecnologias baseadas em Software Livre e Open Source⁶.

4 Fundação Software Livre, cujo Presidente é Richard Stallman, fundador do movimento do Software Livre.

5 GPL - (GNU General Public License) é a licença que acompanha os softwares distribuídos pelo Projeto GNU e mais uma grande variedade de softwares, incluindo o núcleo do sistema operacional Linux. A GPL ao invés de limitar a distribuição do software por ela protegido, impede que este programa seja integrado a um software proprietário. A GPL é baseada na legislação internacional de copyright. <http://www.fsf.org/>.

6 O mesmo que Código Aberto: é o programa de computador em que é permitido o acesso ao seu código-fonte. A permissão de acesso ao código-fonte não significa necessariamente que se possa alterá-lo e

O CISL, chegou a discutir algo similar à França, uma proposta de lei que normatizasse a obrigatoriedade do uso do Software Livre, sempre que possível no governo federal. Chegou a ser escrito uma proposta de Decreto de Lei para a normatização, porém devido a divergências entre alguns componentes do próprio comitê, não houve um encaminhamento oficial para que a Política Pública de Software Livre fosse regulamentada. As divergências foram de um lado a Secretaria de Logística da Tecnologia da Informação – SLTI, setor do Ministério do Planejamento, que entende que a normatização pode engessar o setor de TIC; do outro lado o Instituto de Tecnologia da Informação – ITI, órgão da Casa Civil, que entende a falta de normatização desta política trará prejuízos ao país, pois devido a sua ideologia de compartilhamento de conhecimento, leva ao aumento do capital intelectual nacional; pela redução do custo nos sistemas tecnológicos a médio prazo e por ser socialmente correto por promover a emancipação tecnológica.

No Estado para a sua burocracia só é permitido executar o que está na Lei, enquanto que para o setor privado é permitido executar tudo o que não for ilegal. Está pequena diferença da interpretação da Lei para setores diferentes, faz com que o Estado só possa usar o que estiver regulamentado. Se observarmos o setor privado está cada vez mais utilizando o software livre, portanto deveria haver mais discussão na sociedade sobre a normatização deste software para que o possamos nos tornar um criador de tecnologias e não apenas um mero consumidor.

Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells, houve no final do século XX, uma fusão de três processos, que instauraram uma estrutura social em rede. Esses processos são: *“as exploração de economia flexível e globalizada; a liberdade individual e a comunicação aberta exigida pela sociedade; e os avanços tecnológicos nas áreas de computação e telecomunicação promovendo a microeletrônica.”*

Assim a TIC se transforma no principal meio de “metamorfoses” das atividades executadas pelos trabalhadores/trabalhadoras. Não podemos imaginar as atividades do Estado, como: arrecadação, previdência, saúde, educação, assistência social, sem a tecnologia da informação e comunicação para organizar esses processos. Do mesmo modo a sociedade civil está cada vez mais usando as TIC’s em suas vidas cotidianas. Segundo Sérgio Amadeu, citando Michel Levy diz:

“por se tratar de tecnologias da inteligência, sua disseminação indica

distribuí-lo. Há softwares de código aberto em que a licença é permissiva a ponto de alterá-lo, há softwares que não. A permissão do autor estabelecida na licença em que ele distribui o software possibilitará sua alteração ou não. Assim, pode-se dizer que todo software livre é necessariamente de código aberto, mas nem todo software de código aberto é software livre. A Open Source Initiative mantém uma definição de código aberto (open source) no seu sítio: <http://www.opensource.org/>.

impactos bem maiores do que a eletrificação ou o uso das novas energias no último quarto do século XIX. Os elementos empíricos indicam que um novo paradigma está se estruturando” (SILVEIRA, 2003)

Portanto não podemos deixar de reconhecer a importância de movimentos como o do software livre, para que a luta pela real “inoinclusão” (Silveira, 2001) aconteça em ambientes livres, com o estímulo de compartilhamento da informação e do conhecimento, promovendo a construção coletiva de uma consciência social, condição básica para sobrevivência da nossa sociedade.

O movimento do software livre é um dos movimentos de resistência, contra a exploração capitalista do conhecimento, fazendo com que a falta de acesso ao conhecimento seja uma forma de dominação. O apartheid-digital, que nos leva a maiores abismos sociais e é contra esta nova exclusão que o software livre resiste, por entender que o conhecimento deve ser de livre acesso, e como Sérgio Amadeu diz:

“ O mercado conduzido pelo setor público, estatal e não-estatal, pode, sim, ser a fonte de recursos (...) para reduzir a exclusão cognitiva que antes se dava apenas pelo apartheid dos letrados e dos iletrados e, agora, assume a face da inclusão-exclusão digital.” (SILVEIRA, 2001)

Assim a luta pela inoinclusão torna-se a bandeira do Movimento do Software Livre.

CONCLUSÃO

Observamos que as relações do trabalho sofreram muitas modificações ao longo das últimas três décadas, influenciadas pela tecnologia da informação e comunicação, diminuindo os postos de trabalho, e criando outros.

Outra influencia no mundo do trabalho foi a liberalização dos contratos trabalhistas, flexibilização do emprego, temporariedade do trabalho, tudo combinado com uma redução do Estado de bem estar, aumentando consideravelmente a instabilidade do trabalhador/trabalhadora.

A configuração do mundo do trabalho passa a ser caótico e extremamente competitivo. Os trabalhadores/trabalhadoras necessitam de maiores qualificações, para preencherem vagas de trabalho com baixas remunerações.

Porém em meio a toda estas modificações surge um movimento que possui em sua essência a disseminação do conhecimento, a independência tecnológica do país, e uma sociedade mais justa organizada em rede.

Assim vemos que a luta pela inclusão tem uma importância fundamental para que o capital imaterial, o capital intelectual de um país possa crescer e tornar-se independente tecnologicamente, neste setor da Tecnologia da Informação e Comunicação, através do software livre.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas*. In: SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo.(org) ***Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social***. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. *Perenidade (e Superficialidade) do Trabalho*. **Revista de Políticas Públicas**/Universidade Federal do Maranhão, Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís, v. 7, n. 2, jul-dez 2003.
- ARENDRT, H. Entre o passado e o futuro. SP:Perspectiva, 1972.
- ARENDRT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. (Cap. II . As esferas pública e privada – p.31-88)
- ARRETCHE, Marta T. S. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State**. BIB (Boletim Informativo e Bibliografia de Ciências Sociais, Nº 39. 1995 (P. 3-40).
- ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. IN: BARREIRA, Maria Célia Roxo Nobre. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/SP,2001. p. 45-46.
- BARSOTTI, Paulo. PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs).. **América Latina: histórias, idéias e revolução**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRANCO, Marcelo D'Elia. Nossa Vida no Ciberespaço. <http://portal.softwarelivre.org/articles/46> . Acessado em 15/12/2005.
- BUSTILLO, Rafael Muñoz de. **La "crisis" del Estado de Bienestar: elementos comunes**. _____
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHENAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHENAIS, François. **Capitalismo de Fim de Século** in COGGIALA, Oswaldo (org). Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.
- COGGIALA, Oswaldo (org). **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. (Coleção Fora da Ordem)
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.
- FIORI, José Luís. Em busca do Dissenso Perdido - Ensaio Crítico Sobre a Festejada Crise do Estado, RJ: INsight, 1995.

- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad.: Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Estudos Latino-americanos, v. 12)
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Edições Loyola, 1997.
- GORZ, André. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Trad. Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HABERMAS, Jurgen. Mudança na estrutura social da esfera pública. **In: Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 169-212.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. Cidadania, cultura e sujeitos. **In: SPINK, Mary Jane P. (Org). Cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.
- HELLER, Agnes. **La teoria de las necesidades en Marx**. Barcelona. Ediciones Peninsula, 1978.
- HELLER, Agnes. SANTOS, Boaventura de Souza, e outros. **A Crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/ CORECON-RJ, 1999
- HOTAT, François. POLET, François. **O Outro Davos: mundialização de resistências e de lutas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- <http://gnu.org/philosophy/free-sw.html>. Acessado em 10/10/2005.
- <http://softwarelivre.org> Acessado em 10/10/2005.
- <http://www.fsf.org/>.
- <http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>, *Guia Livre - Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal, 2005. Versão 1.0, acessado em 24/05/2006*
- KATZ, Claudio. **Tecnologia e Trabalho** in COGGIALA, Oswaldo (org). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.
- LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO, José E. ARROIO, Ana. (org). **Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Contraponto, 2005.
- LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO, José E. ARROIO, Ana. (org). **Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Contraponto, 2005.
- MANDEL, Ernest. **O Lugar do Marxismo na História**. São Paulo: Xamã, 2001.
- MARICATO, Hermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, et alli. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis, Vozes, 2000. (p.121-192)
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini: organização e apresentação de Emir Sader**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000
- MARK, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ed. São Paulo: Martins Fonte, 1983. (Introdução e Prefácio).
- MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. In: MARX, Karl e ENGELS, Frederic. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa- Omega, s.d
- MARX, Karl. **As Lutas de classes na França de 1848 a 1950**. In: MARX, Karl e ENGELS, Frederic. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa- Omega, s.d (p.93-198)
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p.133 – 246.
- MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação - Ensaio sobre o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular legislativa na Nova Constituição* - SP: Editora Marco Zero, 1990.
- MONTAÑO, Carlos. *Das lógicas do Estado para as lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão*. IN: **Serviço Social e Sociedade**, nº 59, março, 1999,

- São Paulo, Cortez. (p. 47-79)
- OLIVEIRA, Chico. *Quem canta de novo L'internazionale?*. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **TRABALHAR O MUNDO. Os Caminhos do Novo Internacionalismo operário**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. (p.136-169)
- OLIVEIRA, Francisco de. Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do Século XXI RJ:FASE/PIC, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA e PAOLI (Org.). **Os sentidos da democracia**, Petrópolis: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: WEFFORT, Francisco (org.) **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de.. (et all.) Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. Socialismo em discussão. SP: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de.. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal IN: OLIVEIRA e PAOLI (Org.) Os sentidos da democracia, Petrópolis: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrino**. São Paulo: Boitempo, 2003. (p. 125-150)
- OLIVEIRA, Francisco. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política; O totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 2000. (p.55 -81)
- OTÁVIO, Ianni et alli. Debate: Imperialismo e Globalização. In **Revista Crítica Marxista**. Vol. 1, nº 3, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- PAOLI, Maria C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, ILDEFES, LABOR, 1995.
- PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: conflitos e negociação no Brasil contemporâneo**. In: ALVAREZ, Sônia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. (org). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais latino Americanos. Novas Leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Cap. III, p. 103-143)
- PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. IN.: HELLMANN, Michaela (org). **Movimentos Sociais e democracia no Brasil: "sem a gente não tem jeito"**. _____: Marco Zero, ILDEFES; LABOR, 1995. (p. 25-55)
- PAULO NETTO, José. A redefinição da democracia IN: Democracia e Transição Socialista - Escritos de Teoria e Política, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p.117/142. .
- PELLANDA, Nize Maria Campos. SCHLÜNZEN JR, Klaus (org). **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PEREIRA, Potyara A P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000 (cap. VI . Políticas de satisfação de necessidades no contexto internacional ; cap. VII Políticas de satisfação de necessidade no contexto brasileiro; Ponderações Finais p. 103-198).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre esta questão proposta pela ACADEMIA DE DIJON: QUAL É A ORIGEM DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS, E SE É AUTORIZADA PELA LEI NATURAL**. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf> acessada em 05/04/2006.
- SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo.(org) **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, B. de S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo

multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. CASSINO, João.(org) **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Conrad, Ed. do Brasil, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. ***Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação***". São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

WHITAKER, C. **O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Edições Loyola, 2005.